



GESTÃO FISCAL

Informativo

2º Quadrimestre de 2022



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

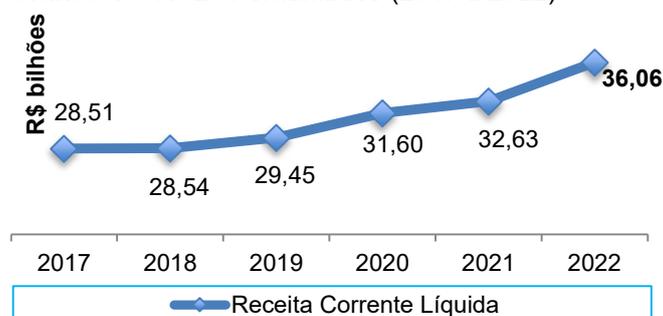
2º QUADRIMESTRE DE 2022

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (setembro/2021 a agosto/2022), da arrecadação tributária e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, tais como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verificam-se, desde 2017, seguidos incrementos da RCL, que atingiu no atual quadrimestre um crescimento de 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Aumentos na cota-parte do FPE e o aporte da União para o pagamento de indenizações do Fundef aos profissionais do magistério contribuíram para essa elevação.

Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2017 a 2022)



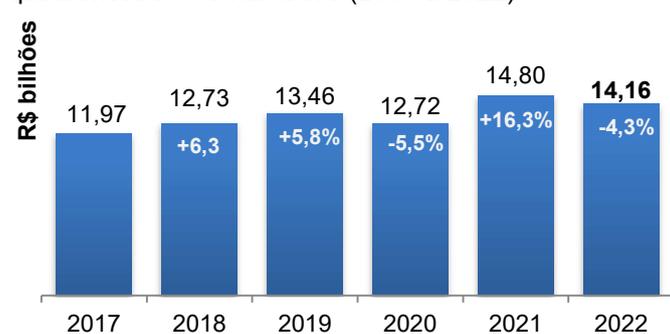
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL. Entre janeiro e agosto de 2022, a arrecadação desse imposto alcançou R\$ 14,16 bilhões, o que representa uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período de 2021, ano que registrou o maior volume.

Apesar dessa queda, o montante recolhido até agora supera o de intervalos equivalentes de anos pré-pandemia.

Gráfico 2 – ICMS arrecadado até o segundo quadrimestre - Pernambuco (2017 a 2022)



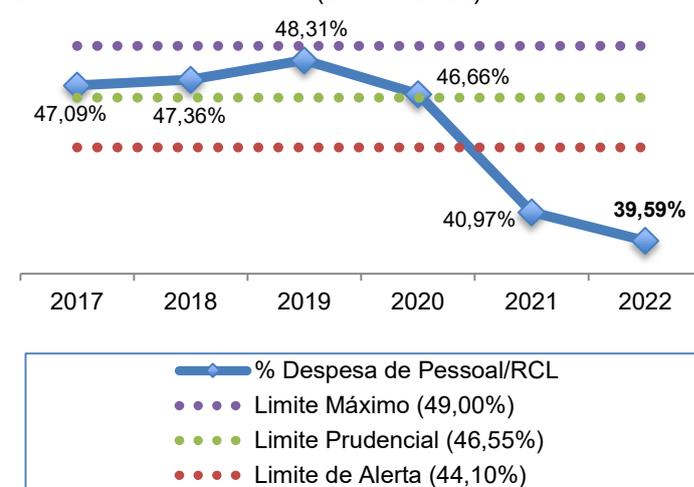
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para a análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

Ao final do 2º quadrimestre de 2022, esse indicador do Poder Executivo encontra-se abaixo do limite de alerta e no menor nível da série histórica.

Gráfico 3 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2017 a 2022)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).

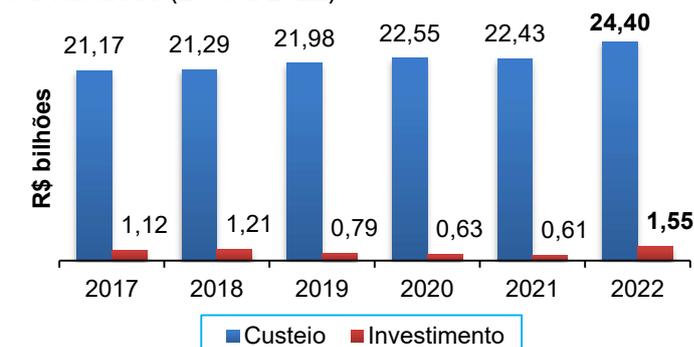
Custeio e Investimento

A relação entre custeio e investimento permite observar quanto o Estado é capaz de desembolsar com infraestrutura e, ao mesmo tempo, manter a administração pública em funcionamento.

O custeio compreende as despesas com pessoal e com outras despesas correntes (energia elétrica, material de expediente, etc.). Já os investimentos incluem tanto as obras quanto as inversões financeiras.

Os dados demonstram que tanto os investimentos públicos como as despesas de custeio atingiram o maior patamar da série histórica.

Gráfico 4 – Despesas com custeio e com investimento – Pernambuco (2017 a 2022)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funafin (repartição simples) e o Funaprev (capitalização). Nos dois primeiros quadrimestres de 2022, o Funafin registrou déficit de R\$ 1,6 bilhão. Já o Funaprev, em funcionamento desde agosto de 2020, registrou apenas receitas, que totalizaram R\$ 48 milhões.

Por sua vez, a Seguridade Social Militar, também criada pela reforma de 2019, foi deficitária em R\$ 1,1 bilhão. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2022 (R\$ milhões)

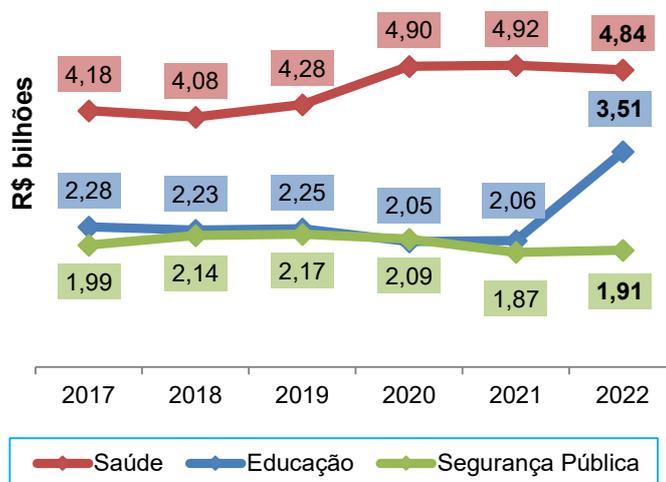
Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	48,0	0,0	48,0
Funafin	1.737,5	3.341,8	-1.604,4
Proteção Social Militar	232,5	1.344,7	-1.112,2

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).

Despesas por Função

Segundo o último demonstrativo de despesas por função publicado pelo Poder Executivo, verifica-se que, dentre as principais áreas de atuação do estado, a saúde e a segurança pública mantiveram-se praticamente estáveis entre 2021 e 2022. Já a educação apresentou crescimento real de 70,57% no período. Esse aumento decorreu principalmente do pagamento de indenizações de precatórios do Fundef aos profissionais do magistério, que totalizou R\$ 865,9 milhões e ocorreu no final do mês de agosto de 2022.

Gráfico 5 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2017 a 2022)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

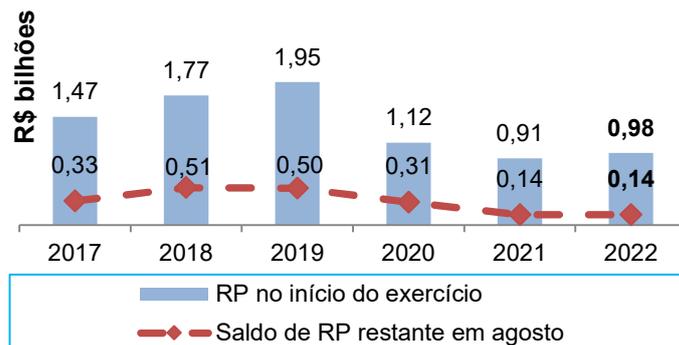
Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

O total de restos a pagar do estado de Pernambuco no início de 2022 era equivalente a R\$ 981,2 milhões. Até agosto, já haviam sido pagos R\$ 823,0 milhões e cancelados outros R\$ 17,6 milhões, resultando em R\$ 140,6 milhões (0,14 bilhão no gráfico abaixo) pendentes de pagamento.

Observa-se que o saldo a quitar de restos a pagar do exercício de 2022, ao final de agosto, é equivalente ao de 2021.

Gráfico 6 – Restos a Pagar (2017 a 2022)



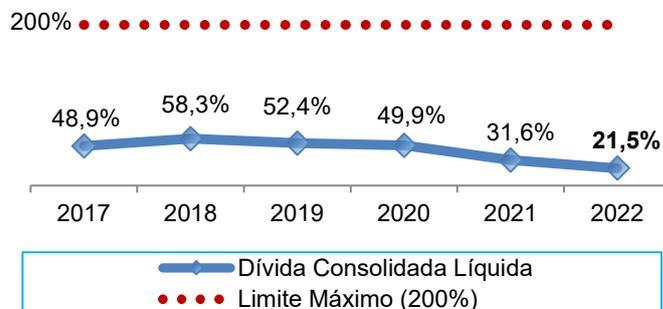
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da Receita Corrente Líquida. O patamar pernambucano em agosto de 2022 foi equivalente a 21,5%, o menor da série histórica e bem abaixo do limite máximo.

Gráfico 7 – Dívida Consolidada Líquida (2017 a 2022)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).

Receitas Correntes

Na comparação com o período de janeiro a agosto de 2021, observa-se pequena elevação das receitas próprias do estado em 2022. No entanto, as receitas de transferências observaram nítida elevação em relação ao registrado no exercício anterior, alcançando a marca de R\$ 11,55 bilhões (contra R\$ 8,87 bilhões), em razão dos aumentos na cota-parte do FPE e o aporte da União para o pagamento de indenizações do Fundef aos profissionais do magistério.

Gráfico 8 – Receitas Correntes por origem (2017 a 2022)

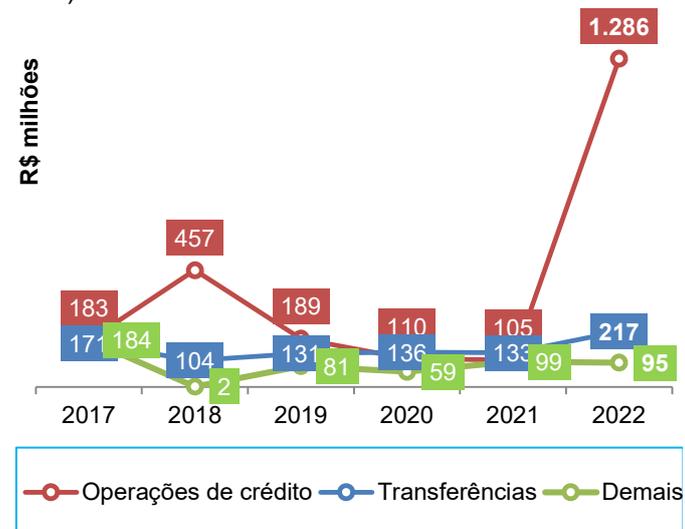


Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Receitas de Capital

No ano de 2022, as operações de crédito apresentaram um incremento de 1.122,2% em relação ao exercício anterior, basicamente, em decorrência de captação de recursos no mercado interno que somaram mais de R\$ 1,1 bilhão, entre julho e agosto de 2022. Na mesma linha, as transferências de capital cresceram 63,7% em relação a 2021, enquanto as demais receitas de capital caíram cerca 3,9%.

Gráfico 9 – Receitas de Capital por origem (2017 a 2022)



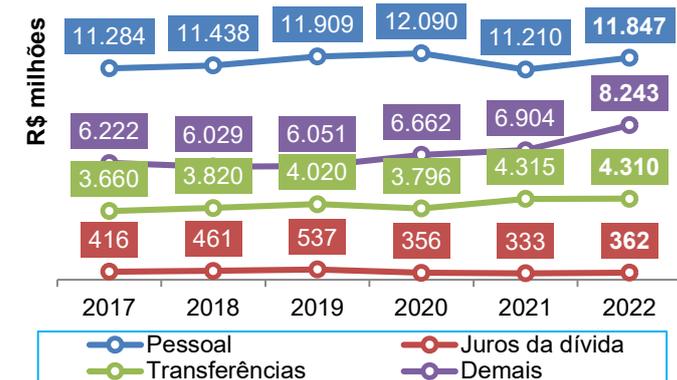
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Despesas Correntes

Entre janeiro e agosto de 2022, as despesas correntes totalizaram R\$ 24,76 bilhões, um crescimento real de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com pessoal e encargos sociais, que representam pouco menos da metade (48%) das despesas correntes, tiveram uma elevação de 5,7% e as despesas com juros e encargos da dívida aumentaram 8,6%, enquanto as transferências a municípios apresentaram queda de 0,1%. As demais despesas correntes, por sua vez, cresceram 19,4%, alcançando R\$ 8,24 bilhões.

Gráfico 10 – Despesas Correntes por Grupo de Natureza da Despesa (2017 a 2022)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

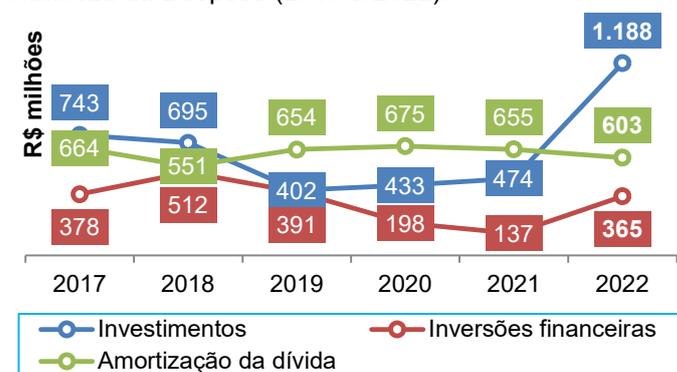
Despesas de Capital

O ano de 2022 vem experimentando uma forte elevação dos investimentos estaduais. Só entre janeiro e agosto, o volume desse tipo de despesa já ultrapassa R\$ 1,18 bilhão, o que representa duas vezes e meia o que foi investido até o segundo quadrimestre de 2021.

As inversões financeiras também cresceram nesses oito meses (166,8%). Seu montante de R\$ 364,8 milhões contribuiu para que os gastos totais com obras e bens de capital alcançassem R\$ 1,55 bilhão.

Esses incrementos vieram acompanhados da leve redução de despesas com amortização da dívida pública estadual (-7,9%), que, até agosto de 2022, somaram R\$ 603,3 milhões, menor dispêndio desde 2019.

Gráfico 11 – Despesas de Capital por Grupo de Natureza da Despesa (2017 a 2022)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA